

EDUCAÇÃO E DIREITOS SOCIAIS: o legado da autocracia burguesa

Oswaldo Hajime Yamamoto*

O objetivo do presente estudo é enfocar, de maneira sintética, o tratamento dispensado à educação no complexo das políticas sociais do período que se segue ao golpe de 1964¹. Entendendo que esta questão não pode ser abordada sem a remissão à sua contextualidade histórico-social, as duas seções iniciais traçam um quadro sinótico das condições que propiciaram o golpe e o processo da autocracia burguesa que então se abre. A terceira busca situar as conseqüências do novo ordenamento econômico-político no que tange aos direitos sociais da população e, finalmente, a quarta seção discute as políticas concernentes à educação que, pela sua imbricação com o “mundo da cultura”, ocupa um lugar à parte no rol das políticas sociais no período autocrático-burguês.

SITUANDO AS ORIGENS DA AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL

Virtualmente não há dissenso quanto à interveniência de vetores endógenos e exógenos no movimento golpista que redundou na queda do então presidente João Goulart, dando início ao ciclo dos governos militares que se estenderia por mais de duas décadas. De um lado, o golpe insere-se num complexo quadro externo marcado por uma profunda alteração na divisão internacional do trabalho onde os centros imperialistas hegemônicos pelos Estados Unidos, sob o signo da chamada “guerra-fria”, promoviam uma “contra-revolução preventiva” em escala mundial. Era tríplice a finalidade desse processo: adequar os padrões nacionais de desenvolvimento às exigências da nova divisão internacional de trabalho sob o primado da internacionalização do capital, golpear os protagonistas

* Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista da CAPES.

sociopolíticos dessa resistência e dinamizar as tendências contrárias à revolução e ao socialismo (Netto, 1990). Com o vetor exógeno fornecendo as coordenadas gerais, a particularidade histórica brasileira constitui-se no elemento-chave para a configuração do golpe de 1964. Três processos interconectados configuram-na: uma peculiar forma de desenvolvimento capitalista que refuncionaliza formas econômico-sociais que lhe eram adversas, a exclusão das forças populares dos processos de decisão e a forma de desempenho do Estado brasileiro que constitui-se em eficiente instrumento de desestruturação das agências da sociedade civil que pudessem portar projetos alternativos. Enquanto resultante desses processos, o desenvolvimento capitalista tardio² no Brasil assume caráter heteronômico e excludente, com as transformações críticas encontrando soluções *pele alto*³ (Coutinho, 1988). No início da década de sessenta, os elementos que constituem a particularidade dessa formação social no Brasil ganham uma dinâmica própria, criando-se uma conjuntura que, no dizer de Netto (1990, p. 20), “põe a *possibilidade objetiva* de promover uma significativa inflexão na sociedade brasileira, alterando e revertendo aquelas linhas de força”.

Para que se compreenda tal conjuntura, é necessário que nos reportemos às condições que antecederam ao golpe. O período de 1933-55 corresponde ao momento, uma vez constituído o capital industrial, de passagem à fase da *industrialização restrita* no Brasil⁴. “Restrita”; no caso, refere-se ao fato de que, a despeito de garantidas as condições para a acumulação, as bases técnicas e financeiras seriam insuficientes para a implantação do Departamento I da economia, ou seja, o ramo responsável pela produção dos meios de produção - condição indispensável para a autodeterminação do processo de desenvolvimento industrial (Mello, 1982). Ao Estado, nesse estágio, caberia a proteção contra as importações, o controle das reivindicações trabalhistas e a realização de investimentos em infra-estrutura⁵.

A consolidação do processo pela passagem à *industrialização pesada* implicava um conjunto de condições não disponíveis então: um volume inicial de recursos e uma tecnologia altamente sofisticada, controlada pelas empresas oligopolistas dos países industrializados. Tratando-se do período imediatamente posterior à crise de 1929, torna-se evidente a dificuldade desse empreendimento⁶. Ademais, colocava-se,

internamente, a possibilidade de *expansão* do capital industrial - com baixo risco - *dentro dos padrões de acumulação vigentes*, ou seja, proporcionando um desenvolvimento *horizontal*.

Este quadro reverte-se entre os anos de 1956-61: o grau de desenvolvimento capitalista já alcançado, a participação de fontes alternativas (externas) de financiamento⁷ e a ação do Estado são fundamentais para que se criassem as condições para a industrialização pesada. Ao Estado cabe tanto os investimentos em infra-estrutura que somente ele poderia arcar, quanto articular as bases da associação com a empresa oligopolista estrangeira⁸ (Mello, 1982). Coloca-se, então, um novo padrão de acumulação que caracteriza esse processo: o crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e bens de consumo duráveis.

O processo de industrialização assim constituído expande-se no período que vai até 1961, proporcionando altíssimas taxas de acumulação para as grandes empresas. As condições dessa expansão, no entanto, não poderiam deixar de levar a uma desaceleração do crescimento pois, mesmo mantidas as taxas de investimento público, “a digestão da nova capacidade produtiva criada nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo capitalista provocaria um corte significativo no investimento privado” (Mello, 1982, p.121). Mais do que isso, a situação que se configura entre os anos de 1962 e 1967 demonstra que o ciclo da industrialização pesada encontra o seu segundo momento, o de depressão⁹. É exatamente neste contexto de crise que estão as condições que antecederam o golpe de 1964.

A situação de crise que então estava se desenhando teve seu desenvolvimento e resolução nos anos de 1961-64. Particularmente durante o governo Goulart, o padrão de desenvolvimento econômico encetado nos anos anteriores encontrava um momento de estrangulamento político: a sua continuidade implicava a neutralização das forças democráticas e populares que acreditavam na viabilidade de um padrão alternativo de desenvolvimento, denominado de “capitalismo nacionalista”¹⁰, baseado na possibilidade de controle das decisões político-econômicas cruciais tanto em nível interno quanto nas suas relações externas¹¹.

Em torno dessas duas hipotéticas estratégias, que evidentemente comportavam diversas possibilidades de desdobramentos, é que gira toda

a mobilização da sociedade brasileira no período. Do ponto de vista das elites, a situação era crítica: ao lado da *débâcle* econômica já referida¹², o quadro de instabilidade política colocava em risco o próprio processo de consolidação da industrialização pesada. Da perspectiva dos defensores da estratégia internacionalista, o quadro de incertezas era agravado pelo comportamento do governo Goulart que, durante sua gestão, havia promovido uma série de restrições ao investimento das multinacionais, como uma austera política de remessa de lucros, de pagamentos de *royalties* e de transferência de tecnologia, além da adição de política de apoio ao capital privado nacional - mormente nos setores não vinculados ao capital estrangeiro - na forma de subsídios (Alves, 1989).

No elenco das condições políticas, evidentemente, está a dinamização do chamado "campo democrático", potencializado pelo fracasso da tentativa de impedimento da posse de João Goulart. Trata-se de um período de intensa mobilização; em rigor, de aguçamento das contradições entre as classes. Dela fazem parte a politização das massas urbanas (proletariado, classe média), que ganham impulso com as campanhas de cunho reivindicatório e com o debate sobre as chamadas *reformas de base*; a politização e organização das massas camponesas, particularmente no Nordeste, além de setores das Forças Armadas (em especial, os militares subalternos) e da Igreja Católica. A política *populista* (Ianni, 1975; Weffort, 1980) de Goulart, em sua busca de sustentação política, não criava óbices à ampliação da participação e organização de amplos setores da população. Contudo, a ambigüidade dessa política vem à tona: a participação ampliada, com a incorporação de setores antes excluídos, coloca demandas incompatíveis com o quadro de crise.

É neste contexto que os acontecimentos ligados ao vetor externo potencializam-se: a revolução socialista em Cuba¹³, em particular, coloca a ameaça do surgimento de outras formas de transformação disruptiva nas Américas, através da chamada "doutrina da guerra revolucionária"¹⁴.

A evolução desse quadro - com o governo João Goulart perdendo gradativamente sua sustentação política, o campo democrático atravessado por dissensões¹⁵, e a direita, organizando seu processo conspirativo¹⁶ - encontra, no golpe de 1º de abril de 1964, um desfecho *à direita*¹⁷, tanto no que concerne à reiteração da tradição autoritária quanto aos parâmetros segundo os quais define-se o novo esquema de acumulação.

O BRASIL DA AUTOCRACIA BURGUESA

Da análise precedente, é possível concluirmos que o golpe de 1964 resultou de uma crise da *forma de dominação burguesa* (Netto, 1990), colocada pelas contradições entre o padrão de desenvolvimento capitalista em consolidação e a forma de estruturação política. O fato é que a *nova ordem* inaugurada pelos governos militares implica uma readequação da economia brasileira aos imperativos do sistema capitalista internacional. Nesse sentido, os governos militares intervêm em todos os setores do sistema econômico¹⁸ tendo como eixos a estabilidade financeira e a racionalização do processo produtivo. Para tanto, coloca-se a necessidade de uma refuncionalização do Estado: além das condições para a reprodução do sistema, ele assume um papel decisivo na *organização da acumulação* - “ao mesmo tempo como promotor e ator da industrialização” (Martins, 1991, p.33). Desta forma, o novo padrão de acumulação assenta suas bases num complexo que tem como núcleo o grande capital internacional, eixo em torno do qual estrutura-se a ação do Estado e a do capital nacional¹⁹.

Se o golpe é desencadeado pelo aguçamento das contradições entre o modelo de industrialização que se consolida e sua sustentação política, é evidente que a implantação da nova ordem exige condições políticas excepcionais. Tais condições significavam, na prática, a supressão das instituições democráticas para, com a hegemonia do executivo sobre os demais poderes, neutralizar o protagonismo político dos atores do campo democrático e popular, de modo a dar livre curso ao processo de reordenamento da economia.

O ciclo autocrático-burguês inaugurado com o golpe de 1964, todavia, esteve longe de se desenvolver sem sobressaltos. Se o referencial político-ideológico da Doutrina da Segurança Nacional que enforma todo o período não é suficiente para evitar que as contradições no seio do próprio pacto que conduziu ao golpe emergissem, seu papel na consolidação da autocracia burguesa é inquestionável²⁰.

Uma periodização do ciclo autocrático que utiliza como parâmetro a institucionalização do Estado de Segurança Nacional é sugerida por Alves (1989). Destarte, três momentos são identificados: o primeiro, que corresponderia ao período que vai do golpe até o Ato Institucional nº5, ou seja, abrangendo os governos Castelo Branco e parte do governo Costa

e Silva; o segundo, o momento autocrático-burguês *par excellence*, ou seja, o período final do governo Costa e Silva, o curto período da Junta Militar e todo o governo Médici; e, finalmente, o terceiro corresponderia ao período da “distensão” e da “abertura”, ou seja, os governos Geisel e Figueiredo²¹.

Durante a primeira fase de institucionalização, utilizando o termo de Moreira Alves, a tarefa prioritária assumida pelo Estado é a eliminação dos vínculos com o período anterior. O Ato Institucional nº1 cria as condições para a condução da “Operação Limpeza” que promove expurgos tanto na burocracia civil quanto militar, além da instauração de um infindável número de Inquéritos Policial-Militares (IPMs) - instrumento sem fundamentação jurídica legal - atingindo milhares de pessoas (Alves, 1989). As medidas de cunho coercitivo foram acompanhadas de procedimentos para dar livre curso ao reordenamento econômico, através de políticas para atração de capitais externos e controle salarial²².

Com este elenco de medidas, o Governo Castelo Branco enceta um efêmero “retorno à normalidade”, com o afrouxamento - seletivo, pois excluía o movimento sindical - da repressão. O ensaio de liberalização, contudo, termina rapidamente: os atritos com o Congresso levam o presidente Castelo Branco a baixar o Ato Institucional nº2 que visava, fundamentalmente, aumentar os poderes do executivo com relação ao legislativo e ao judiciário, e a reorganizar a representação política, pela extinção dos partidos e criação arbitrária de um sistema bipartidário.

O que é importante de se destacar com relação a este período é que as dissensões dentro do próprio Estado, especialmente as divisões nas Forças Armadas, começam a ganhar expressão²³, com um componente fundamental: a crescente autonomização do aparato repressivo.

A Constituição de 1967 é a tradução dos elementos mais importantes dos atos institucionais até então editados, institucionalizando a Doutrina da Segurança Nacional. Observe-se que, embora extremamente autoritária em sua essência, a transformação em Carta Constitucional demonstra a necessidade de legitimação política. No plano econômico, contudo, é o período em que a classe trabalhadora recebe o impacto da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: eliminando a estabilidade, criava um mecanismo de controle salarial dos trabalhadores de considerável efeito.

À promulgação da Constituição, sobrevém um novo e breve período de relativa liberalização, com a oposição realinhada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganhando um fôlego novo²⁴ e, principalmente, com a retomada das ações sindicais e de setores das classes médias, especialmente o movimento estudantil. O recrudescimento do movimento oposicionista faz esfumar mais esta tentativa de liberalização: o então empossado presidente Costa e Silva, em meio à maior crise desde o golpe de abril de 1964, baixa o Ato Institucional nº5, em dezembro de 1968, encerrando a primeira fase da institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Ela é marcada, por um lado, pela consolidação do processo de industrialização, com sua autodeterminação assegurada; por outro, pelo fracasso da tentativa de legitimação política da autocracia burguesa, com a tática da alternância repressão-liberalização²⁵.

Com o Ato Institucional nº5, tem início a segunda fase de institucionalização do Estado autocrático, com poderes virtualmente absolutos do executivo. A repressão adquire uma forma mais aberta, institucionaliza-se, configurando um *terrorismo de Estado*. Praticamente todos os setores da oposição são atingidos - particularmente aqueles que, na esteira da estratégia *fordista*, sustentavam a necessidade da luta armada. Com a ideologia da segurança ganhando estatuto legal com a Lei da Segurança Nacional, o aparato repressivo ganha uma proporção assustadora, composto de uma ampla rede interligada²⁶: a tortura passa a constituir-se em método usual de interrogatório e as mortes e os desaparecimentos dos presos políticos tornam-se uma infamante rotina.

Ao lado da escalada repressiva, este período é marcado, no plano econômico, pelo ajuste estrutural do Estado, integrando o aparato dos monopólios ao aparelho estatal (Netto, 1990), redundando no ciclo de expansão - e acumulação capitalista sem precedentes - conhecido como “milagre brasileiro”. Nas palavras de Mantega (1991, p. 51), “aceleraram-se as taxas de acumulação à custa de concentração de renda, do incremento das exportações, da rearticulação e concentração do sistema financeiro, da maciça intervenção estatal na economia (...)”. Tratava-se de um período de enorme liquidez no mercado monetário-financeiro consolidado na década de sessenta²⁷. Os bancos comerciais passam a operar na esfera internacional com empréstimos de curto prazo automaticamente renováveis

pela técnica do *roll over*, com taxas de juros flutuantes reajustadas a cada período de três ou seis meses. Graças ao aporte de recursos externos, o Brasil experimenta uma fase de crescimento econômico “de dois dígitos”.

Se, em meados de 1973, o aparato repressivo da ditadura havia virtualmente aniquilado qualquer resistência no campo oposicionista, um outro inimigo entra em cena: trata-se das conseqüências do esgotamento desse ciclo expansivo. A falência do chamado “milagre brasileiro” está relacionada ao segundo ciclo de liquidez devida, fundamentalmente, ao aporte dos chamados “petrodólares” (resultado do significativo aumento do preço do petróleo em 1973). Este, por seu turno, havia provocado um forte desgaste nas relações de troca dos países importadores de petróleo, incluindo-se os países de industrialização avançada. Ao contrário destes, que procuraram contornar a crise com incremento das exportações, de modo a conservar suas reservas e liquidez de ativos no exterior, o Brasil persiste na estratégia de endividamento crescente, estimulada pela disponibilidade praticamente irrestrita de recursos externos²⁸. Esta estratégia, associada à utilização da técnica da rolagem da dívida, faz com que, por volta de 1979, um novo rearranjo da economia internacional²⁹, acompanhado de um súbito e significativo aumento das taxas de juros (de 2% na década de setenta a 12% em 1982), empurrasse a dívida externa brasileira de 3,2 bilhões em 1970 a 44 bilhões em 1981!

Este é o quadro que redundava na imposição de uma mudança na estratégia de dominação, através de um projeto de “auto-reforma” (Netto, 1990). O governo Geisel, que inaugura a terceira fase da institucionalização do Estado de Segurança Nacional³⁰, orienta-se exatamente pela política da *distensão*. Como o próprio nome indica, tratava-se de uma estratégia engendrada para diminuir o tensionamento das relações sociopolíticas, ampliando - mas mantendo sob controle - a participação política. O conceito de “democracia relativa” exprime adequadamente a idéia do ordenamento pretendido.

A estratégia de legitimação política passava tanto pelo gradual desmonte do aparato repressivo, mantidas as salvaguardas repressivas emergenciais, ganhando espaço junto a setores oposicionistas, quanto pelo fortalecimento eleitoral que lhe conferiria sustentação a prazo mais largo. Sem embargo, uma série de contratemplos coloca-se no seu caminho. A desmontagem do aparato coercitivo é interrompida por momentos de extremo recrudescimento da repressão³¹; o desempenho

eleitoral do partido do governo é apenas satisfatório quando auxiliado por estratégias claramente antidemocráticas³². Ao lado disso, o fortalecimento da oposição que já se verificava no final da fase anterior se consolida. A oposição estrutura-se através das instituições da sociedade, classistas ou não. Dentro do marco da política de cooptação e legitimação, gradativamente o discurso da segurança é substituído pelo da “integração social” e do “redistributivismo”, no âmbito das políticas sociais³³.

O Governo Figueiredo dá prosseguimento à estratégia liberalizante, agora sob o rótulo de *abertura*. Trata-se de um período marcado por uma contraposição franca entre dois pólos. De um lado, a revogação do Ato Institucional nº5, em 1979 - e a posterior anistia política³⁴ - marca um momento importante na reorganização da oposição. Verifica-se uma proliferação dos movimentos de base e, particularmente, a reorganização do movimento sindical que volta a promover greves, inclusive de âmbito nacional, em profusão³⁵. De outro, setores ligados à Comunidade de Informações, que ganhara considerável autonomia³⁶, promovem uma onda de atentados a entidades e eventos ligados à oposição³⁷, com o fito de desestabilizar o processo de liberalização política.

Marcam também este período a reiteração do fracasso eleitoral do partido do governo - apesar da reformulação partidária objetivando reverter a situação - e o aprofundamento da crise econômica devido ao padrão de endividamento externo que leva o país a recorrer ao, e aceitar a monitoração direta do Fundo Monetário Internacional (FMI), em meio a um profundo processo recessivo (Skidmore, 1991).

O movimento pelas eleições diretas que mobiliza milhões de pessoas em todo o Brasil, a manutenção da eleição pela via indireta e derradeiro fracasso eleitoral³⁸ constituem-se no canto de cisne da autocracia burguesa, que não tem mais condições de se reproduzir enquanto tal. Abre-se então uma nova etapa conturbada da nossa história, da transição democrática, cuja análise escapa aos objetivos desta sinopse³⁹.

DIREITOS SOCIAIS NA AUTOCRACIA BURGUESA: a lógica da destituição

Uma vez traçados os lineamentos mais gerais do processo da autocracia burguesa, é necessário examinar com detenção as conseqüências por ela geradas.

Como um dos efeitos do novo ordenamento econômico, é forçoso reconhecer, o país experimentou um significativo crescimento. Se compararmos o Produto Interno Bruto (PIB) dos períodos 1962/67 e 1967/73, isto é, da consolidação da industrialização pesada, verificamos um incremento na ordem de 8 pontos (de 3,2 a 11,2 consideradas as médias geométricas anuais). Este impulso deve ser atribuído fundamentalmente ao setor industrial, que experimenta um crescimento da ordem de 10,1 pontos (de 2,6 a 12,7), seguido pela construção civil, de 8,1 pontos (de 2,8 a 10,9). A partir de 1973, tem início a fase de decadência, perceptível pela queda dos mesmos indicadores: a taxa de crescimento, no período de 1973/80, comparativamente ao período anterior, cai 4,1 pontos (de 11,2 para 7,1), com uma retração de 5,1 pontos no setor industrial e de 2,1 pontos na construção civil (Abranches, 1985). Ainda assim, o PIB brasileiro em 1980 atingiu o patamar de 210 bilhões de dólares, o que significava então o décimo PIB nacional do mundo. A renda *per capita* de 1.750 dólares, por seu turno, colocava o Brasil em quinto lugar na América Latina (Gorender, 1981).

Se desenvolvimento houve, quais foram, todavia, os seus corolários? No que tange à exploração da força de trabalho, os dados indicam que, se em 1961, a participação dos salários com relação aos lucros na renda industrial era de 29% com 71%, em 1973, ela passa para 23% contra 77% (Gorender, 1981)⁴⁰. E, a despeito do crescimento econômico, praticamente a metade da força de trabalho encontrava-se no exército industrial de reserva (Singer, 1986)⁴¹. Some-se a isso a estrutura tributária regressiva que faz com que mais de 70% da arrecadação federal provenham do trabalho contra 30% do capital privado e estatal (Afonso & Souza, 1977).

Em suma, o reordenamento conduzido segundo os parâmetros do capitalismo da era dos monopólios foi altamente excludente e concentrador, com um custo social extremamente alto para a maioria da população⁴².

A formulação e execução das chamadas políticas sociais deve ser entendida exatamente no quadro de tal iniquidade social⁴³. As condições nas quais a autocracia burguesa gestou suas políticas foram excepcionais: se o gasto público é, conforme afirma Abranches (1985, p.60), fruto de um “complexo e contraditório jogo de interesses”, a repressão generalizada que virtualmente elimina qualquer possibilidade de confronto nos períodos iniciais do ciclo autocrático - a ponto de Santos (1987, p.89) denominar a relação entre o poder e o público de “cidadania em recesso” - faz com que seja uma partida de apenas um contendor. No primeiro momento, correspondendo, *grosso modo*, aos dois períodos iniciais do ciclo dos governos militares, tendo em conta a virtual ausência de pressões, ao lado de uma forte centralização decisória que tipificou o período, verificou-se uma proliferação e, ao mesmo tempo, fragmentação do aparelho de Estado em segmentos dotados de um considerável grau de autonomia. Mas, sobretudo, destaque-se a acentuada tendência à privatização das políticas⁴⁴. Evidentemente, uma tal burocratização, acompanhada de um alto grau de autonomia decisória e ausência de mecanismos sociais e políticos de controle, torna o processo de privatização um campo fértil para as fraudes e a corrupção. Apenas com a política da distensão - que tem como premissa a consideração das instituições democráticas, o Estado é (parcialmente) exposto às demandas da população, principalmente de seus segmentos organizados, tornando a função legitimadora das políticas sociais predominante. Abre-se aí um período em que proliferam os programas cujos destinatários são os “carentes”.

O padrão dos gastos sociais da autocracia burguesa é clarificado por Afonso; Souza (1977, p.77ss.) que indicam que, no período 1974-75, o Estado dedica 75% de suas despesas ao capital - sendo o principal beneficiário o grande capital - e os 25% restantes a despesas com bem-estar social e segurança⁴⁵.

Um breve exame das políticas adotadas em algumas das áreas básicas⁴⁶ deverá ser suficiente para ilustrar o padrão de gastos estatais.

A forma pela qual a questão da alimentação e nutrição foi abordada pelo Estado autocrático-burguês é paradigmática: através de um conjunto de programas isolados, de abrangência, duração, fonte e montante de recursos orçamentários e responsabilidades diversas, com o fito de *compensar carências* nutricionais da população destinatária⁴⁷. O grau de

eficiência dos programas também foi diferenciado, mas com uma constante: a prevalência da lógica privatizante que responde prioritariamente ao jogo dos interesses dos atores envolvidos na oferta dos serviços em detrimento dos beneficiários dos mesmos⁴⁸. No que toca à saúde pública e assistência médica, tal processo é mais nítido ainda: verificou-se, nos anos setenta, uma virtual estagnação da rede hospitalar própria (e pública), com a transferência de responsabilidade à iniciativa privada. Esta estratégia tem como resultante um crescimento extraordinário das indústrias farmacêutica, de equipamentos hospitalares e de empresas privadas de medicina⁴⁹ e, como contraface, a deterioração dos níveis de recursos destinados aos serviços básicos de saúde - de cunho preventivo, como os programas levados a cabo pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), entre os anos de 1978 e 1982. Não é diferente a situação concernente à habitação: a constituição do Banco Nacional da Habitação (BNH) já em 1964, para financiar moradias para a parcela da população com renda inferior a três salários mínimos - através das Companhias Habitacionais (COHABs) - foi um completo fiasco. Se dilema houve entre a destinação social e o padrão de financiamento regulado pelas regras do mercado, os resultados demonstram ter sido apenas um momento efêmero: ao passo que o déficit habitacional crescia, o Sistema Financeiro da Habitação contribuía para dinamizar o setor da construção civil⁵⁰, o mercado imobiliário⁵¹ e estimular a especulação.

O resultado não poderia ser outro que uma deterioração geral do padrão de vida da grande maioria da população brasileira⁵². A expectativa de vida associa-se diretamente à renda; a mortalidade infantil, inversamente. As ações preventivas apresentam baixo percentual de cobertura e o atendimento médico à população é extremamente precário⁵³. A fome e a desnutrição são tónicas⁵⁴. Ao déficit habitacional adicionam-se as insatisfatórias condições de salubridade⁵⁵.

Estes dados referentes aos gastos do Estado brasileiro dão a dimensão exata das suas prioridades no período. E, ao mesmo tempo, sem deixar de reconhecer que alguns avanços, em particular no tocante à legislação social, foram consignados, evidenciam a estratégia "bismarckiana" de legitimação política - expressão de Santos (1987) - adotada pelo Estado brasileiro no período autocrático-burguês⁵⁶.

REPRESSÃO E REFORMAS: as duas faces da moeda da política para a educação

Abranches (1989, p.62) sugere que a educação teria sido beneficiária de tratamento diferenciado com relação às demais áreas sociais, devido a “prioridades do Governo e o peso político relativo das diferentes ‘coalizões setoriais’ de interesses”; em suma, a uma maior visibilidade do campo educacional em virtude dos setores que ela mobiliza⁵⁷.

É possível que uma das razões que a torna especial com relação às políticas sociais tomadas globalmente seja o fato de que, considerado um direito social, ela não diz respeito à reprodução das condições da existência dos homens senão de forma *indireta*, pela imbricação com o “mundo da cultura”, o que exige que a sua análise leve em conta esse duplo enquadramento, de vez que submetida a condicionamentos de diferentes ordens.

Em rigor, o lugar privilegiado ocupado pela educação advém do fato de que ela se coloca enquanto um *mediador* entre as políticas culturais da autocracia burguesa e o “mundo da cultura”⁵⁸. Esta posição a subordina diretamente ao primado do controle da vida cultural do país, sob a égide da ideologia da segurança nacional, que rebate na área da educação, configurando uma política em dois tempos: uma fase *negativa*, que corresponderia aos dois primeiros períodos, e uma fase *positiva*, representada pelo terceiro e derradeiro período do ciclo autocrático-burguês.

O momento *negativo* tem como marca, em que pese terem sido gestadas e até mesmo implementadas algumas medidas no campo educacional encaminhando as reformas⁵⁹, a *repressão*. A atenção foi dirigida para a destruição de qualquer forma de experiência educacional democratizante ao mesmo tempo em que procurava neutralizar o protagonismo político dos estudantes e professores. Recorde-se que particularmente o início dos anos sessenta foi palco de um conjunto de experiências denominadas de movimentos de educação e cultura popular – como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o(s) Centro(s) Popular(es) de Cultura (CPC/UNE), o movimento “De pé no chão também se aprender a ler”, entre outros – todos eles fechados ou descaracterizados pelo governo militar⁶⁰. Os participantes dessas experiências foram afastados de seus cargos,

cassados e muitos deles, presos. Também não foi outro o destino da experiência inovadora que estava sendo levada a efeito com a implantação da Universidade de Brasília⁶¹. A ação repressiva do Estado, nesse primeiro momento, atinge milhares de professores e estudantes, que têm, ainda, suas organizações destruídas.

A condução da política educacional com relação ao ensino superior em especial, associada à já discutida preocupação com a “aparência democrática” do governo Castelo Branco, contudo, cria condições para o recrudescimento do movimento estudantil. A escalada repressiva no meio educacional atinge então seu ápice com o Ato Institucional nº5 e com o decreto específico para a área, de nº477, que conferia poderes para afastar e punir estudantes, professores e funcionários, além de coibir manifestações de natureza política nas instituições educacionais⁶².

Uma vez eliminados os entraves que obstavam a concretização das mudanças, tem início o momento *positivo*, onde prevalecem as *reformas* anteriormente ensaiadas. Iniciando-se pelo ensino superior, atinge o ensino de primeiro e segundo graus, o ensino supletivo e a alfabetização de adultos. No que tange ao ensino superior, juntamente com os subsídios fornecidos pelos seminários e relatórios resultantes da cooperação Brasil-Estados Unidos⁶³, foi formada uma comissão para a finalidade precípua de conduzir o processo, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU)⁶⁴, cujo trabalho é traduzido, com poucas alterações, na Lei 5.540/68. A *rationale* dessa reformulação pode ser resumida no princípio da racionalização: departamentalização, matrícula por disciplina associada ao regime de créditos, além do vestibular unificado⁶⁵ são alguns de seus traços marcantes. A reforma universitária consolida, na realidade, os acordos MEC-USAID, implantando a “lógica empresarial” de que falava Atcon. A ela segue-se a transformação do ensino elementar e médio: a Lei 5.692/71⁶⁶ unifica os antigos cursos primário e ginásial no primeiro grau, estendendo a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, e institui a profissionalização no segundo grau, visando conferir-lhe um caráter de terminalidade⁶⁷.

A refuncionalização do ensino, em consonância com o padrão de desenvolvimento, visível principalmente quanto à reforma do segundo grau, inspira-se nitidamente nos princípios da chamada “Teoria do Capital Humano”, que supõe uma subordinação da educação à produção⁶⁸,

no caso, encontrando materialidade na tentativa de imprimir ao ensino secundário um caráter de terminalidade que teria, ademais, como um fundamental efeito colateral, a contenção da demanda para o ensino superior⁶⁹.

Não nos ocupará uma outra consequência da posição ocupada pela educação enquanto interface com o "mundo da cultura" que, no entanto, é importante assinalar: a sua pluralidade intrínseca, cuja equalização por parte da autocracia burguesa, conquanto factível, teria um alto custo social, faz com que o debate não seja banido do âmbito da academia e, sobretudo, que uma vigorosa produção se conecte à luta oposicionista a partir de meados dos anos setenta⁷⁰.

No que tange à sua face mais específica de direito social, ela também não escapa à lógica que preside as demais áreas, configurando um quadro pouco auspicioso como balanço do período autocrático-burguês: mesmo com o índice de alfabetização tendo se elevado de 59% para 70% entre as décadas de setenta e oitenta, as desigualdades regionais continuam imensas; mesmo com o crescimento das taxas de matrícula, girando em torno de 90%, permanecem os altíssimos índices de reprovação e evasão - ao lado do enorme contingente de crianças em idade escolar fora da escola⁷¹.

Sob o primado da racionalidade administrativa, a reformulação do ensino põe em marcha ainda um agudo processo privatizante, por uma dupla via: tanto pelo incentivo à exploração capitalista da educação, à feição do que se verificou com a saúde e a habitação, quanto pela destinação dos já minguados e ainda decrescentes⁷² recursos à rede privada de ensino⁷³. O caráter discriminatório desses gastos fica patente quando verificamos a trajetória dos gastos com a educação com referência à sua aplicação nos diversos níveis do ensino. Assim, se fixarmos em 100 o índice para 1964, dez anos depois temos um crescimento de 185,43% de crescimento do primeiro grau, 385,46% do segundo grau e 624,16% do ensino superior⁷⁴ (Paiva, 1980a). Considerando-se que a matrícula no primeiro grau cresceu de 8.368.285 alunos em 1960 para 21.722.832 em 1978, torna-se evidente que a expansão verificada foi insuficiente⁷⁵.

Diante da necessidade de ampliação da base de sustentação política, abalada pela crise econômica, tem início, no período que corresponde ao governo Geisel, uma nova inflexão em termos de tendência da política educacional: concluído o ciclo das reformas, a prioridade da educação

transita para o atendimento aos “carentes”⁷⁶. A premissa geral de “correção de desigualdades”, contida nos II e III PND, vai encontrar ressonância – com atraso – na área educacional, que incorpora tal discurso somente no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (III PSEC). São decorrências os Programa Nacional de ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC) e o Programa de ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas (PRODASEC). A ênfase desses programas, do ponto de vista educacional, é o caráter *compensatório*, com o intuito de diminuir desigualdades. Há, então, sintonia com as demais políticas sociais do período – tanto nas formulações quanto nos resultados.

Observe-se que as tendências nunca se excluíram. Particularmente a busca do exercício do controle político e ideológico, assumindo caráter repressivo, ostensivo ou não, acompanha todo o ciclo autocrático-burguês⁷⁷. Contudo, a exigência do controle não colide com a necessidade de busca de legitimação e consenso: se torna predominante no último momento da autocracia burguesa, ela não esteve ausente mesmo nos períodos mais duros da ditadura, ainda que na forma de “consenso passivo” (Coutinho, 1988).

Enfim, se privilegiamento houve com relação ao campo educacional, este não se situou no sentido de equacionar seus históricos e crônicos problemas, que permaneceram, repostos apenas em um nível maior de complexidade⁷⁸. E, se é verdade que o Brasil não teve, no período autocrático-burguês, uma verdadeira política social mas tão-somente programas localizados, desconexos e até mesmo conflitantes, estes foram rigorosamente coerentes com referência à lógica que os presidiu, qual seja o crescimento econômico e a acumulação capitalista, configurando aquilo que Covre (1986), com justiça, denomina de “panorama dos direitos sociais ilusoriamente atendidos”.

NOTAS

1. Escrito originalmente, no ano de 1992, como um estudo preliminar a uma tese acadêmica, este texto conserva, como marcas de nascença, além de um certo caráter serôdio do ponto de vista temático; a aridez na forma de condução que as modificações, pouco substanciais – em nome do necessário rigor no enquadramento do problema –, não conseguiram eliminar.

2. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro seria “tardio” ou “retardatário”, para Mello (1982), na medida em que a industrialização constitui-se já em pleno período monopolista do capital. Com respeito às características do estágio monopolista do capitalismo – questão controversa dentro da tradição marxista – as indicações gerais seguidas estão em Mandel (1985). Observe-se que a denominação “capitalismo tardio” em Mandel assume um significado algo diverso daquela de Mello, na medida em que, para aquele, a fase monopolista (ou imperialista, no sentido leniniano) dividir-se-ia em duas subfases, uma “clássica” e uma “tardia”, que teria como marca a “terceira revolução tecnológica”, iniciada entre 1940-45.
3. Segundo indicações de Coutinho (1988, p.106ss), as transformações pelo alto configurariam a conhecida fórmula da via prussiana leniniana, combinada com a revolução passiva gramsciana. Esta complementação seria necessária pela consideração das características superestruturais que marcam as transições brasileiras.
4. A periodização proposta por Mello (1982, p.176) compreende a. economia colonial; b. economia mercantil-escravista nacional; c. economia exportadora capitalista; e d. industrialização retardatária. Esta última desdobra-se em três fases: nascimento/consolidação da grande indústria, industrialização restrita e industrialização pesada. Note-se ainda que, para este autor, a industrialização deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas - ou seja, de criação das bases materiais do capitalismo - que corresponderia à passagem para o modo de produção *especificamente capitalista* de produção.
5. Observe-se que o capital industrial constitui-se a partir das condições criadas pelo próprio capital cafeeiro. E ainda que tenha havido fricções com o capital agrícola, como no tocante à questão cambial, não há de fato nenhuma incompatibilidade com esse setor.
6. Veja-se a *insuficiência* das análises que contrapõem o “nacionalismo” ao “internacionalismo” como explicação para as decisões ao nível das políticas econômicas postas em prática no período. Não se nega, evidentemente, a existência dessas matrizes ideológicas, nem tampouco sua importância no pensamento político do período. Contudo, o “nacionalismo” do período de Vargas ou o “internacionalismo” de Dutra encontram estrangimentos na base material da sociedade mais profundos do que as análises – estritamente políticas – fazem supor.
7. Mello (1982) entende que o aporte de recursos externos não pode ser explicado somente pelas oportunidades de inversão, mas também pela dinâmica da competição oligopolista dos países industrializados. Isto explicaria a preponderância, nesse momento, de capitais europeus que, em condições desfavoráveis diante dos investimentos norte-americanos no Canadá e na

própria Europa, se viam obrigados a enfrentar o desafio de mercados que comportavam doses maiores de risco.

8. Observe-se que articulação, muito embora com amplo privilegiamento do capital externo, significava uma “profunda solidariedade ao nível da acumulação” entre Estado, empresa internacional e nacional (Mello, 1982, p.121). É o processo denominado de setorização dos investimentos: ao capital externo, caberiam as indústrias mais dinâmicas, ao passo que o capital nacional ficaria a cargo dos ramos ditos tradicionais. O privilegiamento, como fica evidente, refere-se não somente aos incentivos estatais mas principalmente ao fato de a participação estrangeira na associação se dar nos setores de mais alta composição orgânica e de tecnologia mais avançada (estruturada monopolisticamente), com crescimento a taxas superiores às industriais médias (Moraes, 1991, p.25ss.).
9. Segundo Mello (1982, p.121), as razões da crise estariam localizadas no efeito desacelerador anteriormente referido, associado a dois outros fatores; a “realização dinâmica” do potencial em elevação da acumulação e aos desajustes entre a demanda e a capacidade produtiva (subutilizada). A propósito do assunto, há em Moraes (1991), uma análise crítica de algumas das vertentes explicativas da crise que precede o golpe de 1964, incluindo-se a de uma das fontes do pensamento de Mello, que é a de Maria da Conceição Tavares. Moraes critica, em rigor, à semelhança do procedimento de Mandel (1985) com relação às explicações “monocausais”, tanto as interpretações que privilegiam o vetor político (como em Oliveira, 1981), quanto as que localizam as razões na “crise de demanda” ou nos “problemas de financiamento” (como é o caso de Maria da Conceição Tavares e José Serra). Sua conclusão é de que a crise é a resultante da unidade das determinações políticas e econômicas (1991, p.47). Registre-se também a original hipótese de Santos (1986), claramente situada no âmbito “estritamente político”, segundo a qual mais que as medidas que efetivamente o governo Goulart teria implementado, o golpe deveu-se ao imobilismo político ou, conforme o autor, a uma “crise de paralisia decisória”.
10. A viabilidade de um desenvolvimento capitalista *nacional* é um ponto bastante questionável. Em rigor, esta questão intersecciona-se e encontra suporte em outra, qual seja, a crença equivocada da existência de uma *burguesia nacional*. Esta tese encontra ressonância tanto nas interpretações de extração nacional-desenvolvimentista como as concebidas pelo ISEB, quanto na concepção das “duas burguesias”, defendida pelo Partido Comunista Brasileiro. Para algumas discussões sobre a questão, ver, por exemplo, Ianni (1991), Mantega (1984) e Gorender (1981).

11. Conforme lembra bem Ianni (1991), não se colocavam as condições políticas para uma opção. Dito de outra forma, tanto o governo João Goulart quanto o anterior, de Jânio Quadros, não estavam em condições de resolver as contradições postas pelo padrão de industrialização que encontrou livre curso no governo Juscelino Kubitschek. Aliás, é importante lembrar que é durante o curto período do governo Café Filho, com a institucionalização da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de janeiro de 1955 - abrindo a economia ao capital estrangeiro (inclusive concedendo incentivos especiais, como a importação sem cobertura cambial) - é que colocam-se as condições para a internacionalização da economia brasileira. O governo Juscelino Kubitschek pouco modifica tais condições - excetuando-se a lei das tarifas aduaneiras para a remessa de lucros - viabilizando o novo padrão de industrialização com seu "Plano de Metas" (Ianni, 1975; Vieira, 1983).
12. Veja-se, por exemplo, enquanto um indicador a aceleração do processo inflacionário no período: 1960-30,5%; 1961-47,7%; 1962-51,3% e 1963-81,3% (Germano, 1993, p.51).
13. Recorde-se dois fatos relacionados: o primeiro, que o Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, havia sido condecorado pelo presidente Jânio Quadros; o segundo, a firme postura do Governo Goulart na manutenção das relações com Cuba, como demonstração de uma política externa independente (Ianni, 1975).
14. A difusão dessa idéia vincula-se intimamente às formulações da chamada *Doutrina da Segurança Nacional*, gestada pela Escola Superior de Guerra (ESG), em colaboração com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Nela, a defesa das fronteiras externas é substituída pelas "fronteiras ideológicas", instituindo-se o chamado "inimigo interno".
15. O posicionamento da esquerda nesse período já foi alvo de inúmeras discussões. Entre eles, apenas para referência, Ianni (1975), Gorender (1987) e Moraes (1989).
16. Dreifuss (1981) demonstra que o golpe, precedido pela desestabilização do governo Goulart, contou com a participação do governo norte-americano através da CIA (Central Intelligence Agency) em coordenação com civis e militares brasileiros. A articulação ESG/IBAD/IPES não somente participa ativamente na formulação do golpe quanto na própria estruturação do período Castelo Branco.
17. Com relação às opções que estavam postas no momento, Ianni (1975, p.122) sustenta a idéia de que, esgotado o modelo "getuliano", somente havia duas possibilidades: a "reintegração plena ao capitalismo mundial" ou a revolução

socialista. Quanto à opção vencedora, não há problemas. No entanto, quanto à existência de condições para a revolução de cunho socialista, a questão é difícil. Parece ser mais prudente acompanhar a análise de Netto (1990, p.22), que sustenta a tese de que, imediatamente, o quadro que se verificava em 1964 não colocava em xeque a ordem capitalista, mas que os seus *desdobramentos*, caso não ocorresse o golpe, *poderiam* levar a um reordenamento político-social que engendrasses uma situação pré-revolucionária.

18. As grandes metas de todos os governos militares foram o controle da inflação; a expansão e diversificação das exportações; o estímulo à concentração de capital; a racionalização das estruturas internas e externas das empresas; a modernização (Ianni, 1991).
19. Para descrever as bases sobre as quais se assenta o modelo implantado no período, costuma-se usar a imagem um tanto inadequada de um *tripé*, constituído pelo capital estrangeiro, pelo capital nacional e pelo Estado (veja-se, por exemplo, Gorender, 1981). Contudo, conforme lembra bem Netto (1990, p.28), essa imagem não corresponde exatamente à realidade. Mencionamos anteriormente que o próprio padrão de industrialização pesada já se assentava sobre essas mesmas bases, com claro privilegiamento do capital internacional. Evidentemente, no momento em que o Brasil readequasse ao sistema capitalista internacional, a gravitação não poderia se dar senão em torno do capital externo. Cardoso (1975) analisa, inclusive, a forma peculiar como se dá tal privilegiamento. Segundo o autor, a divisão não elimina a expansão dos setores antes controlados pela burguesia local; ao mesmo tempo cresce a base econômica do Estado (sobretudo no setor de infra-estrutura) e assegura às empresas transnacionais o controle dos bens de consumo duráveis, assim como parte da exportação de produtos primários. Contudo, ao examinar a relação patrimônio-lucro líquido, observa que, ao passo que o setor estatal experimenta um maior crescimento em termos de patrimônio, o *lucro líquido* maior cabe às empresas estrangeiras (Cardoso, 1975, p.43ss.).
20. De fato, o referencial é de tal forma onipresente, que Alves (1989, p.27) chega a caracterizá-la como uma *Weltanschauung* – ou “cosmovisão”.
21. Observe-se a divergência de interpretação em Netto (1990) com relação ao terceiro momento, no qual o autor inclui *apenas o governo Geisel*. Isto se deve a uma análise de que efetivamente o ciclo autocrático-burguês termina no início do governo Figueiredo, que *não* expressaria a desarticulação do Estado de Segurança Nacional, mas representaria a “incapacidade de a ditadura reproduzir-se como tal” (p.34). É bem verdade que o regime não é capaz de *impor* suas regras, mas isto configura-se como um *processo* que

- encontra seu desenvolvimento e sua resolução *durante* o governo Figueiredo, o que nos faz manter a periodização supracitada de Alves.
22. Dentre as primeiras medidas do governo Castelo Branco, está a revogação da lei da remessa de lucros, de 1962. De uma certa forma, ela encaminha as negociações com os credores internacionais e, em especial, para os acordos *standby* e a abertura de uma “linha de crédito” por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), que avaliza os investimentos no Brasil (Skidmore, 1991, p.82ss.).
 23. As divisões no seio das Forças Armadas não datam desse período, é importante que se diga. Contudo, a polarização “sorbonistas”-“linha-dura” ganha expressão nesse período, constituindo-se no foco de tensão nas questões-chave que o Estado de Segurança Nacional enfrentará daí em diante. Para análise sobre a questão ver, entre outros, Germano (1993).
 24. Dentro do campo burguês, a formação da “Frente Ampla”, que contava com a adesão de “ex-revolucionários de 1964” é sintoma das fraturas no interior do pacto contra-revolucionário.
 25. Especialmente o governo Castelo Branco, que procurou conduzir o processo político com base no ideal contra-revolucionário, isto é, tendo o entendimento de que a excepcionalidade era, de fato, temporária.
 26. A rede interliga o executivo ao Serviço Nacional de Informações (SNI); aos órgãos de segurança estaduais; às divisões de segurança e Informações das Forças Armadas; à Polícia Federal, contando, além disso, com forças paramilitares. A estrutura do aparato repressivo é apresentada por Alves (1989, p.174). Pode-se aferir a magnitude dos esforços empreendidos em segurança, atentando para o orçamento referente à defesa no ano de 1978, da ordem de 2 bilhões de dólares, excluindo-se os gastos (em parte secretos) da comunidade de Informações (p.176).
 27. Tal liquidez deveu-se, de acordo com Mantega (1991, p.54), apoiando-se em John Wells, “aos pagamentos de dívidas norte-americanas no mercado de eurodólares, à persistência dos déficits norte-americanos em conta corrente e em conta de capital, além das saídas de capital de curto prazo dos EUA e da pressão especulativa contra o dólar, criando um fluxo de capital à procura de novos campos de valorização”. Diante do fechamento das portas à moeda americana na Europa, após a invasão das suas reservas oficiais, aqueles capitais procuram tomadores de empréstimo em outros mercados, nomeadamente do “Terceiro Mundo”. A análise do padrão de endividamento externo aqui utilizada está baseada, salvo indicação expressa em contrário, em Furtado (1989).
 28. Conforme Furtado (1989), há uma convergência de interesses entre a estratégia de incremento das exportações por parte dos países industrializados

- e a disponibilidade dos bancos “recicladores” de petrodólares para financiar tais exportações.
29. Devido ao financiamento do déficit americano, pressionando para cima as taxas de juros internacionais.
 30. Esta terceira fase de institucionalização visava estabelecer estruturas “mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado a longo prazo” (Alves, 1989, p.225).
 31. São exemplos desses episódios, as mortes sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI e a brutal invasão das dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
 32. No elenco dessas medidas estão a famosa “Lei Falcão”, que restringia a propaganda eleitoral à apresentação de foto e currículo dos candidatos e, principalmente, o chamado “Pacote de Abril” (Emendas Constitucionais nº7 e 8) que, além de incorporar a própria “Lei Falcão”, impunha uma série de alterações de caráter extremamente oportunistas (como a criação de senadores “biônicos” e a alteração do critério para o estabelecimento do número de cadeiras no Congresso Nacional) de maneira a garantir sucesso eleitoral para o governo.
 33. Tal tendência é perceptível, particularmente, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), colocado em ação entre os anos de 1975-79. Para uma análise dessa mudança de estratégia, ver Germano (1993).
 34. A anistia política, uma das peças-chave do processo de afrouxamento das tensões sociopolíticas, negociada com setores da oposição, além de parcial, apresenta como ponto extremamente problemático a condição do perdão incondicional aos integrantes do Aparato Repressivo, responsável por torturas e mortes. Esta cláusula, ao mesmo tempo em que representa uma vitória da “linha-dura” das Forças Armadas, permite o controle do processo de desmontagem do próprio Aparato Repressivo.
 35. Um quadro bastante completo dos movimentos paredistas do período é apresentado também por Alves (1989), no Apêndice.
 36. Uma interessante (e bem documentada) análise da questão da autonomização da Comunidade de Informações, e as relações com os militares enquanto governo e instituição, é proporcionada por Stepan (1987).
 37. Além de inúmeros ataques à redações de jornais (e mesmo bancas de jornais), são emblemáticos os atentados à OAB, ABI e o episódio “Riocentro”, em 1981.
 38. Stepan (1987) e Skidmore (1991) discutem o processo de escolha do candidato do governo, Paulo Maluf, assim como as razões do seu fracasso eleitoral. A despeito de contar com hipotéticos 356 votos em 686, o candidato

do governo obteve irrisórios 180 votos, contra 480 dados ao candidato Tancredo Neves.

39. Existe uma considerável bibliografia a respeito, com diversas hipóteses interpretativas. Dentre elas, destaquem-se as coletâneas de Stepan (1988) e Reis; O'Donnell (1988).
40. Ao passo que o índice do Salário Mínimo Real (tomando como base 100,30 em 1960), passa de 92,49 em 1964, para 48,53 em 1978 (dados do DIEESE, citado por Mantega, 1991, p.75).
41. Singer (1986, p.88ss.) observa que, ao mesmo tempo em que o proletariado propriamente dito (assalariados do setor formal da economia) expande-se enquanto classe, passando de 13,7% em 1960 para 31,7% em 1980, o subproletariado (trabalhadores do setor informal) *decrece* no mesmo período de 72,5% para 48,5%. A despeito disso, continua tendo pertinência a observação acima referida acerca do contingente no exército de reserva. Com o fito de precisar o seu pensamento, é conveniente assinalar que o autor considera o exército de reserva a parcela realmente marginalizada, com renda inferior ao salário mínimo (p.20), ou seja, abaixo da linha de pobreza absoluta (p.89).
42. Um retrato eloqüente disso é o quadro da distribuição de renda no Brasil: se em 1960, a faixa mais rica (1%) detinha 12% da renda; em 1970, ela eleva-se para 15% e em 1980, para 17%. Assim, em 1980, os 10% mais ricos detinham cerca de 50% da renda ao passo que os 20% mais pobres, apenas 3% (Abranches, 1985).
43. Para uma melhor compreensão da dimensão de tal iniquidade – e tendo em mente os dados apresentados anteriormente por Singer (1986) acerca do subproletariado – é conveniente nos reportarmos a Santos (1987, p.68ss.), particularmente à noção de “cidadania regulada” com a qual opera. De acordo com o autor, após 1930, prevalece no Brasil uma concepção de cidadania fundada não em um código de valores políticos mas em um sistema de estratificação ocupacional, dentro da qual somente são considerados cidadãos aqueles membros da sociedade localizados em ocupações reconhecidas e definidas em lei. É exatamente nessa direção que Abranches (1986, p.30) define “pobreza” como destituição, marginalidade e desproteção. “Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar”.
44. Segundo Abranches, o estatismo significou o crescimento desmesurado e a fragmentação da máquina burocrática que, com o poder centralizado, autonomizaram-se a ponto de impedir qualquer perspectiva de planejamento

e coordenação de ação governamental. A privatização assume, por seu turno, algumas formas – não excludentes: adição de critérios de mercado como parâmetros para a ação; transferência (direta ou indireta) de recursos para empresas privadas; reciclagem do dinheiro público no sistema financeiro e particularização de programas sociais (transformando aquele que provê e não o que demanda em maior beneficiário).

45. A partir dos dados agregados, os autores fazem análises para verificar a participação dos setores. As conclusões gerais que eles chegam é que um terço das despesas de capital social destinam-se a serviços e infra-estrutura física, com percentuais mínimos para assistência direta à indústria e comércio, agropecuária e capital humano. Observe-se que embora os dados utilizados acima refiram-se apenas ao período 1974-75, o estudo de Afonso e Souza abrange o período que se estende de 1950 a 1974.
46. Sigo, para esta sinopse, as indicações de Abranches (1985, p.71ss.), que, por sua vez, utiliza dados coligidos por Marcos A. Coimbra em “Welfare Policies and Peripheral Capitalism: The Case of Nutrition Policy in Brazil” (tese de doutorado apresentada à Universidade de Manchester em 1984). As áreas consideradas pelo autor são “nutrição e alimentação”, “saúde pública e assistência médica”, “habitação e saneamento” e “educação”. Note-se que este último será objeto de tratamento específico no seguimento do trabalho.
47. São eles: o Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), destinado a suprir a alimentação de um total de 46 milhões de trabalhadores; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do então Ministério da Educação e Cultura, destinado a fornecer merenda a crianças de sete a catorze anos de idade que freqüentavam a rede escolar pública; o Programa de Nutrição em Saúde (PNS), do Ministério da Saúde, que visava suplementar a alimentação da população-alvo de 16 milhões de gestantes, nutrízes e crianças de seis meses a sete anos de idade; o Programa de Complementação Alimentar, do Ministério da Previdência/LBA, visando um público semelhante ao anterior e, finalmente, o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda, supervisionado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, implementado pela COBAL, que se destinava à venda de alimentos subsidiados em determinadas áreas, sobretudo no nordeste brasileiro.
48. Tomemos, como exemplo, o PAT. Do seu universo de 46 milhões de empregados, o programa atingiu, em 1983, cerca de 2,5 milhões, com a utilização de recursos na ordem de 330 bilhões de cruzeiros. Abranches verifica que há um duplo processo privatizante aí: de um lado, por utilizar incentivos e agentes do mercado; de outro, por privilegiar, pela sua própria lógica, determinados grupos sociais. Além disso, exclui todas as camadas de trabalhadores informais.

49. Toda a rede que se arma em torno da privatização do serviço de atendimento médico leva, por outro lado, ao encarecimento da própria assistência. O custo *per capita* da assistência médica em 1981 era da ordem de 40 dólares. A análise de Abranches tem por base os trabalhos do sanitarista Hésio Cordeiro, principalmente “Políticas de saúde no Brasil” (“Saúde e Trabalho no Brasil”, Petrópolis: Vozes, 1982) e “As empresas médicas” (Rio de Janeiro: Graal, 1984).
50. Cabe contudo a observação de que o grande crescimento experimentado pelas empresas da construção civil - setor situado em segundo lugar no período autocrático-burguês, conforme mencionado - como a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Norberto Odebrecht deveu-se, principalmente, às obras pesadas, de infra-estrutura, conforme o esquema de “associação” analisado por Cardoso (1975).
51. Em rigor, não há um padrão único no comportamento do BNH. Há período em que as parcelas de mais baixa renda foram atendidas. Contudo, a lógica do mercado que presidia a estruturação do Banco fazia com que as “prioridades” se alterassem ao sabor das oscilações econômicas. Os dados mostram que, tomados globalmente até 1980, os financiamentos do sistema de moradias para as camadas até três salários mínimos foi menor que 10%; até seis salários mínimos, de 24% e superior a dez salários mínimos, de 62% (Abranches, 1985). Uma análise da política habitacional, com descrição de suas fases, é apresentada por Vêras; Bonduki (1986), que incluem farta indicação bibliográfica.
52. Os dados rapidamente apresentados aqui têm apenas caráter ilustrativo, uma vez que um exame mais detido escapa aos objetivos deste trabalho. Esta questão tem sido objeto de estudo por parte de alguns autores. Entre eles, Abranches (1985) e Vieira (1983, capítulo IV) examinam as políticas sociais pós-64. Santos (1987) analisa as políticas públicas desde a “república velha”, lançando mão do conceito de “cidadania regulada”. Também associando à cidadania, diversos autores discutem, na primeira parte de Covre (1986), a questão dos “direitos sociais”. Finalmente, com angulações diversas e farta documentação, estão as análises da coletânea conduzida por Bacha; Klein (1986), particularmente o segundo volume.
53. Com relação às doenças transmissíveis, veja-se por exemplo a esquistossomose: da população de 10 milhões que compunham a população em risco em 1983, apenas 4 milhões estavam cobertas, ou seja, 60%. Mesmo no controle de doenças que apresentam melhor cobertura, como é o caso da Doença de Chagas, que atinge 69% da população em risco, as diferenças regionais pesam decisivamente: 48% dos municípios permaneciam desassistidos (Abranches, 1985). Quanto à assistência médica, compare-se,

- por exemplo, a diferença regional quanto ao número de leitos: a região Norte concentrava 2,7% contra 61,3% da região Sudeste. A relação quanto ao número de médicos é próxima: 1,7% na região Norte contra 67,1% na região Sudeste (Vicira, 1983).
54. De acordo com Müller (1986), apenas 33% da população brasileira vivem em condições de dieta adequada. No tocante ao quadro desnutricional, as diferenças regionais são gritantes: o percentual de famílias desnutridas passa de 23,2% no Sul para 79,5% no Nordeste!
55. Conforme Elizeu Calsing, citado por Abranches (1985, p.38ss.), a maioria absoluta dos domicílios pobres apresentava, 1976, condições insatisfatórias quanto às instalações sanitárias e de água, quanto à densidade dos moradores e à qualidade dos materiais utilizados para a construção. Novamente aqui as diferenças zona urbana/rural e regionais – ocultando diferenças sociais – são gritantes.
56. Ressalte-se que a tese da função legitimadora das políticas sociais tem sido levantada por diversos autores (com fundamentações e mesmo contextos diferentes) como Santos (1987) e Afonso; Souza (1977). Cardoso, a propósito, afirma inclusive que a estratégia do Estado na transição seria o “estabelecimento de um sistema de radares políticos que se antecipam, desnaturando-se e desvirtuando-as, às reivindicações dos setores populares e das classes médias” (1981, p.23). Observe-se, nestas considerações, que estamos longe daquilo que Coimbra (1989), ao estudar a abordagem marxista das políticas sociais, denominou de “hipótese do engodo”, ou seja, o entendimento de que a “lógica do Estado” emanaria tão-somente de imperativos técnicos.
57. Conquanto os dados não neguem a veracidade da afirmação, é importante que ela seja qualificada, de modo a evitar ilações infundadas: os gastos com a área, na sexta posição no período 1965-82, representaram tão-somente 8,71% do total das despesas da União. Ela se destaca, de fato, se comparada à rubrica “Saúde e Saneamento”, que ocupa a 9ª posição, com 3,00% das despesas, ou “Habitação e Urbanismo”, a 15ª, com apenas 0,89%; todavia, é importante considerar que, no mesmo período, a “Defesa Nacional e Segurança Pública” ocupa a 3ª posição, com 13,69% das despesas da União (Melchior, *apud* Germano, 1993, p.200).
58. Sigo, no exame da questão da política cultural da ditadura e sua relação com o “mundo da cultura”, as indicações de Netto (1990).
59. As medidas tomadas já no governo Castelo Branco caminham na direção em que a política relativa à educação iria seguir: os Decretos-lei nº53, de 18 de novembro de 1966 e 252, de 28 de fevereiro de 1967 fixam as normas para a estruturação da universidade, mantida pelo GTRU e pela Lei 5.540/68. São estes os decretos a que Florestan Fernandes faz referência quando afirma que

- o trabalho do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária não fez mais do que endossar a “reforma no papel do Governo Castelo Branco” (1979, p.207).
60. Existem inúmeros escritos hoje sobre a questão. Entre eles, com enfoques e preocupações diversas, destaquem-se Paiva (1973, 1984), Manfredi (1978), Valle; Queiróz (1979), Brandão (1980), Góes (1980), Germano (1982), Beisiegel (1982), Wanderley (1984).
 61. Tanto o projeto quanto a destruição da Universidade de Brasília são descritos, em detalhes, nas obras de Darcy Ribeiro (1973, 1975 e 1978) e de Cunha (1988).
 62. Observe-se que a repressão, evidentemente, não é feita apenas com medidas que se revestem de cunho “legal”, mas sobretudo pelo próprio aparato militar-repressivo da ditadura. Os depoimentos hoje disponíveis tornam desnecessário nos alongarmos aqui. Destaque-se alguns registros sobre a violência na universidade em Ribeiro (1978) e Adusp (1979), entre outros. Em outro trabalho, desenvolvemos também o tema do “autoritarismo na universidade”, com particular atenção à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Yamamoto, 1987).
 63. Os parâmetros estabelecidos nos acordos firmados entre o governo brasileiro e a USAID enformam a ampla reformulação na educação - em todos os níveis e setores - obedecendo a dois imperativos: o controle político e ideológico e a *refuncionalização* do sistema educacional ao novo ordenamento econômico. Dois documentos exprimem claramente tais diretrizes: os Relatórios Atcon, de 1966, e Meira Matos, de 1968, voltados prioritariamente para o ensino superior. Para informações adicionais, ver Yamamoto (1987) e Cunha (1988).
 64. O GTRU, instituído em julho de 1968 através do Decreto 62.977, tinha como membros (pessoalmente nomeados pelo então presidente Costa e Silva) Roque Spencer Maciel de Barros, Valnir Chagas, Newton Sucupira, Fernando Ribeiro do Val, Fernando Bastos de Avila e João Paulo dos Reis Velloso, além de dois estudantes que recusaram-se a participar. Ver análises sobre o trabalho do grupo em Fernandes (1975) e em Cunha (1988).
 65. A alteração da forma de estruturação do vestibular, prevista na Lei 5.540/68 é complementada, em 1971, pelo Decreto 68.908, que o torna “classificatório”. Estas medidas visavam equacionar o problema dos excedentes, caracterizando, em rigor, uma usurpação, na medida em que colocava legalmente à margem alunos que já haviam sido aprovados em exames vestibulares.
 66. Em junho de 1970 foi formado um grupo de trabalho constituído pelo Pe. José Vasconcelos (presidente), Valnir Chagas (relator), e pelos membros Eurídes

- Brito, Gildásio Amado, Clélia Capanema, Geraldo Bastos da Silva, Magda Soares, Nise Pires e Aderbal Jurema.
67. Há uma vasta literatura sobre as reformas de ensino no Brasil, hoje. Dentre estes, destacam-se alguns trabalhos de Cunha (1977, 1978 e 1988) que, embora alvo de discussões (por exemplo, Cury, 1981 e Cunha, 1981), constituem-se em leitura obrigatória.
 68. A crítica a esta vinculação já foi amplamente desenvolvida; veja-se por exemplo Salm (1980) e Frigotto (1984).
 69. Na medida em que a reforma do segundo grau relaciona-se com a contenção da demanda para o ensino superior – um dos principais focos de tensão política e social desta fase dos governos militares – ela assume uma clara função discriminatória a despeito do seu discurso igualitarista (Cunha, 1978; Germano, 1993).
 70. Aqui também a periodização proposta por Alves (1989) prevalece, mas com características peculiares: no primeiro momento, observa-se uma *hegemonia cultural da esquerda*, em que pese as medidas repressivas que foram desencadeadas; no segundo, diante de um massivo controle político, abrem-se os anos do chamado “vazio cultural”; finalmente, a partir da primeira metade da década de setenta, observa-se um crescimento vertiginoso da produção intelectual no campo das humanidades que se reclama de esquerda, procurando conciliar então os aspectos profissional e político. Para a questão, ver, entre outros, Schwarz (1970), Pécaut (1990) e Netto (1990).
 71. Em 1980, cerca de 8 milhões de crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola (Abranches, 1985, p.79). Seria supérfluo dizer que a permanência e sucesso escolares relacionam-se diretamente com os níveis de renda.
 72. O percentual do dispêndio em educação e cultura em relação ao Orçamento Nacional decresce, de 11,07% em 1965 para 4,95% em 1974 (Franco Montoro, citado por Alves, 1989, p.155). Acresça-se a isso a questão da “mistificação contábil” que, conforme Melchior (1980), leva a um “inchaço” artificial do orçamento da educação com os gastos de diversos outros ministérios.
 73. Neves (1983, p. 71) aponta, por exemplo, que os recursos gerados pelo salário-educação são, prioritariamente, destinados à rede privada de ensino.
 74. Observe-se que a expansão experimentada pelo ensino superior se deve, basicamente, à proliferação de escolas da rede privada, uma boa parte delas de qualidade duvidosa, justamente conhecida como “fábrica de diplomas”. De acordo com Freitag (1980, p.112), a rede pública apresentou um crescimento de 210% contra 410% da rede privada, no período 1968/73. Uma análise das condições de funcionamento das escolas da rede superior privada é encontrada em Martins (1981).

75. O caráter excludente da educação é manifestado também pela degradação da escola pública, que se traduz tanto nas condições físicas (e de trabalho) deploráveis das instituições, quanto na desvalorização do magistério.
76. A análise desta mudança de rumos da política educacional é feita com bastante propriedade por Germano (1993).
77. Aqui também fica evidenciada a *dupla face* desse controle: não somente coibir a veiculação e/ou a descaracterização das idéias, mas também a formulação de um ideário, a doutrina da segurança nacional que acompanha toda a trajetória da autocracia burguesa – a preocupação com a questão do “civismo” é uma demonstração desse cuidado, com o decreto-lei 869/69 tornando compulsório o ensino da “Educação Moral e Cívica” e “Estudos dos Problemas Brasileiros” em todos os níveis –, declinando apenas quando a crise de legitimidade coloca na ordem do dia o discurso “redistributivista”.
78. A respeito da relação entre as políticas governamentais para o campo educacional e as demandas e as lutas populares, referências obrigatórias são os textos de Sposito (1984 e 1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, S. H. (Org.). *Política social e combate à pobreza*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- ADUSP. *O livro negro da USP: o controle ideológico da universidade*. São Paulo: ADUSP, 1979.
- AFONSO, C. A. ; SOUZA, H. *Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BACHA, E. ; KLEIN, H. S. (Orgs.). *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BEISIEGEL, C. R. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. Regime político e mudança social. *Revista de Cultura & Política*, n. 3, p.7-25, 1981.

- COIMBRA, M. A. Será que o marxismo responde a pergunta de como surgem as políticas sociais? In: ABRANCHES, S. H. (Org.). *Política social e combate à pobreza*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M.A (Orgs.) *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- COVRE, M. L.M. (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. *Política educacional no Brasil: a profissionalização do ensino médio*. 2 ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
- _____. Sobre educação e desenvolvimento social no Brasil: crítica da crítica e autocrítica. *Educação & Sociedade*, n. 10, p.123-131, 1981.
- _____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CURY, C. R. J. A propósito de educação e desenvolvimento social no Brasil. *Educação & Sociedade*, n. 9, p.155-163, 1981.
- DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.
- FURTADO, C. *ABC da dívida externa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GERMANO, J.W. *Estado militar e educação no Brasil (1964/1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.
- _____. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados; Adurn; Cortez, 1982.
- GÓES, M. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANFREDI, S. M. *Política: educação popular*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- MANTEGA, G. Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro. In: MANTEGA, G.; MORAES, M. (Orgs.). *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, C. B. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo: Global, 1981.

- MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MELCHIOR, J. C. A. Financiamento da educação no Brasil numa perspectiva democrática. *Cadernos de Pesquisa*, n. 34, p.39-83, 1980.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MORAES, M. Considerações sobre a crise de 1964. In: MANTEGA, G.; MORAES, M. (Orgs.). *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MÜLLER, G. Fome: o não direito do não-cidadão. In: COVRE, M. L. M. (Org.), *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.
- NEVES, L. M. W. O Estado e a privatização do ensino: mecanismos de sustentação da empresa privada de ensino. *Educação & Sociedade*, n.15, p. 66-79, 1983.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. 4 ed. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981.
- PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.
- _____. (Org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *La universidad nueva: un proyecto*. Buenos Aires: Ciencia Nueva, 1973.
- _____. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SALM, C. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SANTOS, W. G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SCHWARZ, R. Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969. *Les Temps Modernes*, n. 288, p. 37-73, 1970.
- SINGER, P. *Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SPOSITO, M. P. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

- _____. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.
- STEPAN, A. C. *Os militares: da abertura à nova república*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALLE, E.; QUEIRÓZ, J. J. (Orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez/Educ., 1979.
- VÉRAS, M. P.; BONDUKI, N. G. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, M. L. M. (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VIEIRA, E. A. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1983.
- _____. Prefácio. In: GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed.Unicamp, 1993.
- WANDERLEY, L. E. *Educar para transformar: educação popular, igreja católica e política no movimento de educação de base*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- YAMAMOTO, O. H. O autoritarismo na universidade: notas para o debate acerca da questão da democratização. *Educação em Questão*, v.1, n. 1, p. 38-55, jan./jun. 1987.